

Votamos para impulsionar a mudança e seguir lutando em melhores condições

Fonte: [Aporrea](#) | 30/11/2020

Plataforma Cidadã em Defesa da Constituição

SACUDAMOS A DESESPERANÇA!

VOTEMOS PARA IMPULSIONAR A MUDANÇA E SEGUIR LUTANDO EM MELHORES CONDIÇÕES

Desde a Plataforma Cidadã em Defesa da Constituição vimos alertando, há vários anos, acerca da conduta antidemocrática e antipopular do governo Maduro/Cabello/Padrino, a mesma que nos últimos dois anos não fez mais do que se reforçar, complicando-se a situação pelos chamados abertamente intervencionistas e antinacionais de Guaidó e os que lhe acompanhavam, setores tradicionais da ultradireita vinculados a interesses financeiros e políticos transnacionais.

Para além do impacto indiscutível que a pandemia de COVID-19 produz hoje sobre todos os povos do mundo, sofremos, desde muito antes de que aquela se iniciasse, e fortalecido pelo bloqueio imperialista norte-americano aplicado a nosso país, o pior drama, a pior crise social humanitária e política de toda nossa existência republicana, com o agregado, além disso, da muita grave ameaça à soberania nacional, expressada nos chamados abertos “guaidoistas” a uma intervenção armada e várias tentativas concretas, para uma invasão em toda a regra, por parte do império norte-americano que, além disso, conseguiu eco em importantes fatores políticos e financeiros a nível mundial, cuja resposta foi somar-se ao bloqueio internacional a nosso país.

Para o próximo seis de dezembro (6D) estão convocadas eleições parlamentares, convocatória esta pautada na Constituição que foi aprovada em 1999 pelo povo, depois de um inédito exercício democrático como não o havia visto nunca nosso país. Convocatória que não depende em absoluto nem de Maduro nem de Guaidó; depende da vontade do povo soberano expressada nesse dezembro de 1999 e, sendo assim, aos venezuelanos, às grandes maiorias hoje submetidas, nos corresponde dar resposta contundente, para recuperar a vigência dessa Constituição, hoje severamente comprometida.

Quando dizemos severamente comprometida nos referimos, como o vimos denunciando sistematicamente, à possibilidade real de que o governo de Maduro/Cabello/Padrino, se os resultados das eleições parlamentares lhe são adversos, os desconheça e/ou manipule como o fez em 2015, quando para revertê-los invalidou delinqualmente as eleições parlamentares do Estado do Amazonas, utilizando para isso ao TSJ que se havia feito à medida, para o prejuízo de nossos sofridos povos indígenas que ficaram sem representação parlamentar até o sol de hoje. Isso sem incorporar a provocação descarada da mal chamada Lei Antibloqueio, que desde já pretende deixar à próxima Assembleia Nacional pintada na parede.

Aos que pensem que estes seriam argumentos para não votar, lhes dizemos justamente o contrário. É necessário votar massivamente contra o PSUV e seus partidos satélites para evidenciar o repúdio do povo venezuelano a um governo corrupto e entreguista. As manobras que se veem obrigados a realizar para escapar de sua derrota serão, nos fatos, uma oportunidade excepcional para terminar de desmascará-los e nos colocar em melhores condições para seguir lutando.

O alcance destas eleições parlamentares se projeta muito além da rotineira renovação do Poder Legislativo Nacional. Sua maior significação provém de sua realização no contexto de uma emergência social complexa e frente a sérias ameaças à Soberania da Nação:

- Por um lado por parte de setores da ultradireita, o “guaidoismo”, representante de grandes interesses imperiais.
- E pelo outro lado, dado o descarado uso da máquina eleitoral por parte do governo de Maduro e seus substanciais avanços em matéria de “desaplicação” da Constituição.

Ambos os fatores, desrespeitosos da Soberania Popular e os que, de maneira reiterada e inconstitucionalmente, pretendem continuar monopolizando o exercício da política na Venezuela em contraste com todas as pesquisas de opinião, facilmente comprovável nas ruas de todo o país e onde se reflete que contam com uma rejeição claramente majoritária por parte dos eleitores.

Por outro lado, não se deve esquecer que estas são eleições que o oficialismo pretende utilizar para reafirmar o poder autoritário do governo de Maduro. De fato são eleições caracterizadas pelo uso da máquina provocadoramente exacerbado e o uso arbitrário do poder pelo PSUV, comprometendo o caráter competitivo e totalmente confiável que deveria ter todo ato eleitoral e onde o povo eleitor possa expressar livremente sua vontade. Até o ponto que impediram a participação de partidos e candidatos que o governo vetou. Com o nefasto agregado da utilização descarada dos recursos e instituições do Estado em função de suas candidaturas, enquanto não cessa a perseguição a opositores e a exagerada limitação à liberdade de expressão.

Nestas circunstâncias adversas, como se demonstrou através da história em muitos países incluindo ao nosso, a participação eleitoral massiva que converta as eleições de 6D num formidável plebiscito contra ambos, Maduro e Guaidó, poderia ser uma força poderosa com capacidade para desencadear processos históricos, processos verdadeiramente transformadores. Que emergja a participação popular numa grande jornada de protesto cívico, como votar esmagadoramente contra ambos, sem dúvida deixaria um saldo organizativo nada

desprezível em função das lutas que necessariamente virão. Daí a responsabilidade histórica que temos os venezuelanos e venezuelanas, e particularmente a que terão os representantes eleitos frente a esse desafio no qual se está a sorte da Pátria.

Para além do peso das enormes frustrações causadas pela inconsistência de muitos políticos, pelas traições de dirigentes, pela atitude complacente, cúmplice submissa de muitos partidos e também pela ação/inação dos poderes públicos, aos venezuelanos se nos apresenta uma oportunidade neste 6D que devemos aproveitar para fazer palpável ante o mundo que de verdade os venezuelanos queremos uma mudança da atual situação que levou ao país à quebra e sem futuro para nossos filhos e netos, e que o buscamos fazer pacífica e democraticamente, mas de igual maneira rechaçando qualquer pretendida saída que signifique ter um país invadido, prostituído e dissolvido. Se podemos e devemos utilizar este momento constitucional como mecanismo primário de organização popular em torno de um objetivo pátrio, um grande objetivo, que nos inclui e convoca a todos.

Colocamos a necessidade de comparecer à votação de 6D, mas não a cegas. É preciso apoiar a aqueles candidatos, individualidades ou partidos, que testemunharam sua oposição e rebeldia frente aos que de uma maneira ou outra traíram a Pátria; respaldando aos que sustentam uma atitude consequente, de denúncia e de compromisso com o povo, com Venezuela e seu futuro, e cuja história de vida seja a maior credencial para assumir os enormes desafios da nova Assembleia Nacional que seja eleita em 6D: atitude honesta de defesa da soberania popular e nacional, de respeito pelo compromisso adquirido com o povo.

Consideramos que a atuação da nova Assembleia Nacional deverá ter como guia e marco de ação a defesa da Constituição, a reinstitucionalização do país, a prestação de contas, assim como a reafirmação de nossa soberania e a defesa dos direitos

humanos. É esse o compromisso fundamental que devem assumir, com propósito sério de cumprimentos, os que aspiram a ser deputados representantes do povo. A essa Assembleia Nacional, com os deputados que sejam eleitos, devemos exigir-lhes o cumprimento de uma Agenda Legislativa com enfoque na atenção imediata da Emergência Social Complexa e o início de um multidiálogo participativo entre todos os setores organizados da sociedade e o governo para, num acordo de governabilidade democrática através da participação cidadã, por em marcha o Programa de Emergência Social que reclamam as famílias trabalhadoras e estabelecer as condições para avançar no imprescindível processo de reinstitucionalização do país, com plena vigência da Constituição. Esse multidiálogo deve acompanhar-se da pressão permanente do movimento popular, para garantir que seus resultados se concretizem e orientem a agenda legislativa, a qual deve incluir:

- Lei para atender a Emergência Humanitária e Social Complexa;
- Restabelecimento dos direitos dos trabalhadores em matéria de contratação coletiva, salários e seguridade social;
- Reafirmação da vigência da Constituição, única vigente por aprovação popular e, em consequência, a queda da inconstitucional “Lei Anti Bloqueio” e os decretos-leis executivos inconstitucionais como o que criou o Arco Minero do Orinoco;
- Auditoria Pública e Cidadã da gestão pública;
- Auditoria Pública e Cidadã dos recursos dispostos por Juan Guaidó;
- Auditoria pública e Cidadã da dívida para definir um processo de reestruturação da mesma que desconheça toda dívida ilegal;
- Investigação transparente sobre a violação dos direitos humanos, individuais e coletivos, assim como a abertura dos juízos aos responsáveis;
- Liberdade e recuperação dos direitos dos que estão

- ilegalmente submetidos a sanções por razões políticas.
- Resgate das liberdades políticas e cidadãs, como o direito ao protestos, à dissidência e rechaço à judicialização e criminalização destas;
 - Derrogação da “Lei contra o ódio, pela convivência e a tolerância”.
 - Lei para a proteção e recuperação dos ativos no exterior, incluindo aqueles que são produto da corrupção, invocação a Convenção Internacional contra Corrupção, e aqueles que foram confiscados por outros países;
 - Legislação para reafirmar e reforçar a vigência da Constituição e das leis acerca da defesa de nossos bens comuns e do ambiente;
 - Revisão e apresentação ao país do orçamento 2021;
 - Restituição de todos os direitos dos povos indígenas, especialmente os de enraizamento constitucional;
 - Convocatória do Referendo Consultivo Nacional como instrumento de exercício da democracia direta, para consultar ao soberano matérias de especial transcendência nacional, especialmente as que estão relacionadas com o processo de reinstitucionalização da República; especialmente o Referendo Abrogatório da Lei Antibloqueio;
 - Convocatória do Referendo Revogatório para que o povo decida se Nicolás Maduro deve permanecer constitucionalmente no poder.

Votemos para produzir mudanças e seguir lutando em melhores condições!

**Santiago Arconada Juan García Edgardo Lander Roberto
López Sánchez Oly Millán**

**Gustavo Márquez Marín Esteban Emilio Mosonyi Héctor
Navarro Ana Elisa Osorio**

Plataforma Cidadã em Defesa da Constituição, 30 de novembro de

2020.